

Ata da **REUNIÃO ORDINÁRIA do Conselho de Administração** do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU, realizada aos vinte dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze, às dez horas na sala de reuniões da sede do IPMU. Presentes os Conselheiros: Benedito Carlos Correa, Cícero José de Jesus Assunção, Corsino Aliste Mezquita, Gisele Aparecida dos Santos, Gláucia Gomes da Silva, Osieo Hecher, Rosângela Briet da Silva Leite, Rose Barboza Marangoni e Sílvia Moraes Stefani Lima. Presentes os membros da Diretoria Executiva do IPMU: Flávio Bellard Gomes, Presidente, Sirleide da Silva, Diretora Administrativa Financeira, Sérgio Luiz de Assunção, Diretor de Seguridade e Benefícios e a presença do Assessor Jurídico Dr. Jair Antônio de Souza. Presente o Conselheiro Suplente Ernely Fragoso. Aberta a reunião, a presidente do Conselho de Administração, Gisele Aparecida dos Santos, coloca em votação a aprovação da Ata da Reunião Ordinária do dia 21/01/2015, aprovada por unanimidade. Dando sequência à pauta, com a apresentação e esclarecimentos do presidente Flávio, da diretora Sirleide e do Assessor Jurídico Dr. Jair, foram apreciados os seguintes processos: **1) IPMU/002/2015**, referente a concessão de aposentadoria por tempo de contribuição à Josenei de Oliveira Cipriano, aprovada por unanimidade. **2-) IPMU/018/2015**, referente a concessão de aposentadoria por tempo de contribuição a Richard Ricardo dos Santos, aprovada por unanimidade. **3-) IPMU/019/2015**, referente a concessão de aposentadoria por tempo de contribuição à Cleunice de Souza Nunes, aprovada por unanimidade. **4-) IPMU/020/2015**, referente a concessão de aposentadoria por tempo de contribuição à Ana Cláudia Ellena Regueira Soares, aprovada por unanimidade. **5-) IPMU/025/2015**, referente a concessão de aposentadoria por tempo de contribuição à Maria Aparecida Norberto de Moura, aprovada por unanimidade. **6-) Processo Judicial 642.01.2009** em nome de Ana Maria Vicente Felizardo, aposentado por invalidez em 2007, com proventos proporcionais, que requer que o benefício seja integral. O processo foi trazido para conhecimento e deliberação do Conselho a pedido do Dr. Jair Antonio de Souza, pois, houve a decisão de Segundo Grau, que mais uma vez julgou procedente, em desfavor do IPMU. Assim, poderia ensejar a propositura de recurso para a última instância, entretanto, explicou o Dr. Jair que não tinha vislumbrado a possibilidade de interpor outro recurso por que não há prequestionamento da matéria julgada nem seria o caso de existir repercussão geral, por se tratar de decisão interpartes. Após diversas colocações por parte dos Conselheiro, restou decidido que o Dr. Jair verificará junto à Municipalidade, que também é parte no processo e seguirá a mesma linha de conduta. **7-) IPMU/013/2014**, referente a renovação do BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda e Banco BNP Paribas Brasil SA, em atendimento a Resolução CMN nº 3.922/2010, Portaria MPS/GM nº 519/2011, Portaria MPS/GM nº 170/2012 e Portaria MPS/GM nº 440/12 que foi aprovada pelo Comitê de Investimentos e ratificada por unanimidade pelos Conselheiros Administrativos. **8-) IPMU/017/2015**, referente ao Laudo de Vistoria do Corpo de Bombeiro nº 14510 com validade até 30/01/2020, conforme exigência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Na sequência da pauta, a diretora Sirleide faz uma explanação sobre o desempenho do **Mercado Financeiro e da Carteira de Investimentos** do IPMU, conforme processo **IPMU/010/2015**. O ano de 2015 inicia com grandes desafios no ambiente econômico internacional, principalmente em relação às incertezas quanto a recuperação mais sustentada do nível de atividade. O Banco Mundial revisou para baixo as projeções de crescimento para os anos de 2015 e 2016. A frustração com o desempenho econômico da Europa, Japão e países emergentes como Brasil, Rússia e China ensejou a piora nas perspectivas econômicas mundiais. **Perspectivas.** Há dúvidas sobre os efeitos desejados das medidas adotadas pelo governo para reequilibrar o caixa, pois o pacote fiscal pressiona uma economia já frágil em meio às incertezas globais. O conjunto de medidas pretende retirar um total de R\$ 80,0 bilhões da economia, em meio a um ambiente internacional desfavorável. A contrapartida seria o aumento do investimento. Todas as fichas são colocadas na esperada retomada do ânimo empresarial. As crises nacionais da energia e da água, geradoras de incertezas adicionais e da postergação de investimentos, agravam a situação do País e o tornam mais vulnerável a um ajuste fiscal. As restrições ao crédito afetam negativamente investimentos e empregos, e as reduções de direitos trabalhistas e sociais diminuirão o socorro aos desempregados, um contingente que já começa a aumentar, como mostram as mais de 12 mil demissões nas empresas fornecedoras da Petrobrás e as centenas de dispensas no setor automobilístico. Soma-se a isso uma pressão generalizada nos preços, especialmente os administrados, que devem manter a inflação resistente, beirando o teto da meta. **Desempenho dos principais índices de renda fixa e renda**

**variável** no mês de janeiro: IMA-B 5+ (3,711%), IMA-B Total (3,117%), IRFM 1+ (2,187%), IMA-B 5 (2,054%), IRFM Total (1,786%), IRFM 1 (1,069%), CDI (0,929%), IBRX-50 (-5,46%), Ibovespa (-6,20%), Imobiliário (-9,09%), Dividendos (-11,18%) e Small Caps (-12,05%). **A Carteira de Investimentos do IPMU** apresentou **valorização dos ativos financeiros**, no primeiro mês do ano, aumentando o patrimônio financeiro, que passou de **R\$ 217.682.873,06** (duzentos e dezessete milhões seiscentos e oitenta e dois mil oitocentos e setenta e três reais e seis centavos) em dezembro para **R\$ 221.112.334,55** (duzentos e vinte e um milhões cento e doze mil trezentos e trinta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos) em janeiro.

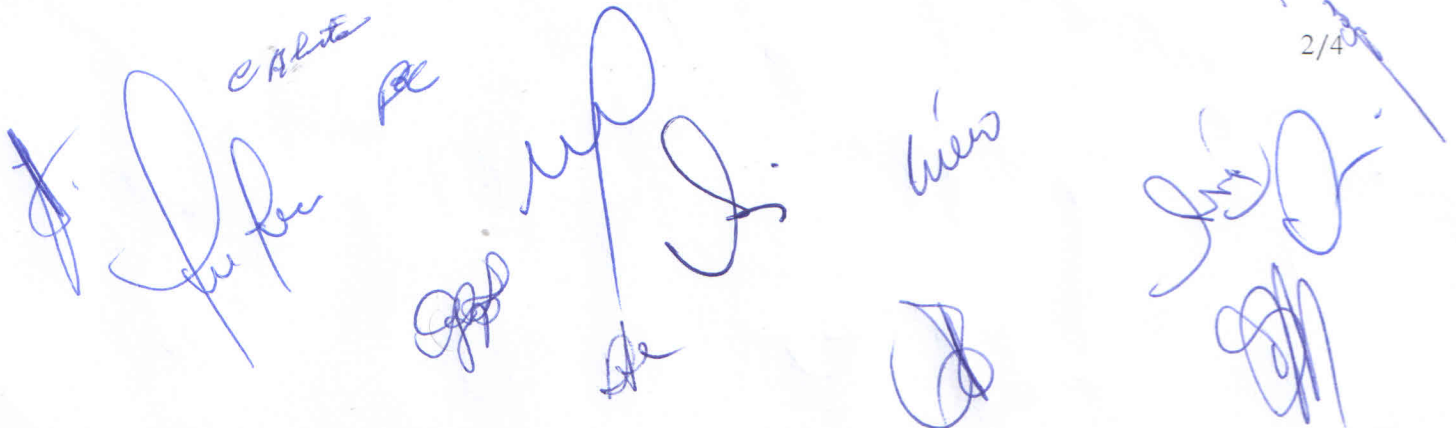
**Meta Atuarial.** Apesar da valorização dos ativos financeiros observada no período, a meta atuarial não foi atingida devido a maior variação mensal do índice de inflação desde 2003: meta atuarial de 1,98% enquanto o crescimento financeiro foi de 1,58%. Os **Fundos de Renda Fixa** apresentaram valorização de R\$ 2.505.143,34 (dois milhões quinhentos e cinco mil cento e quarenta e três reais e trinta e quatro centavos). A **Carteira de Títulos Públicos** apresentou valorização de R\$ 1.633.508,47 (um milhão seiscentos e trinta e três mil quinhentos e oito reais e quarenta e sete centavos). Os **Fundos de Renda Variável** apresentaram desvalorização de R\$ 938.085,51 (novecentos e trinta e oito mil oitenta e cinco reais e cinquenta e um centavos).

**Diversificação dos investimentos:** a-) Fundos DI: R\$ 56.886.977,12 (cinquenta e seis milhões oitocentos e oitenta e seis mil novecentos e setenta e sete reais e doze centavos) correspondendo a 25,73% do PL, b-) Títulos Públicos IPCA: R\$ 44.280.057,10 (quarenta e quatro milhões duzentos e oitenta mil cinquenta e sete reais e dez centavos) correspondendo a 20,03% do PL, c-) Fundos IMA-B: R\$ 33.414.967,52 (trinta e três milhões quatrocentos e catorze mil novecentos e sessenta e sete reais e cinquenta e dois centavos) correspondendo a 15,11% do PL, d-) Fundos IRFM 1: R\$ 30.836.095,47 (trinta milhões oitocentos e trinta e seis mil noventa e cinco reais e quarenta e sete centavos), correspondendo a 13,95% do PL, e-) Fundos IMA-B 5: R\$ 20.079.479,78 (vinte milhões setenta e nove mil quatrocentos e setenta e nove reais e setenta e oito centavos) correspondendo a 9,08% do PL; f-) Títulos Públicos IGPM: R\$ 14.132.637,28 (catorze milhões cento e trinta e dois mil seiscentos e trinta e sete reais e vinte e oito centavos), correspondendo a 6,39% do PL; g-) Fundos Crédito Privado IPCA: R\$ 11.381.631,00 (onze milhões trezentos e oitenta e um mil seiscentos e trinta e um reais) correspondendo a 5,15% do PL, h-) Fundos Ibovespa: R\$ 7.091.021,85 (sete milhões noventa e um mil vinte e um reais e oitenta e cinco centavos) correspondendo a 3,21% do PL, i-) Fundos Ibx-50: R\$ 2.328.861,62 (dois milhões trezentos e vinte e oito mil oitocentos e sessenta e um reais e sessenta e dois centavos) correspondendo a 1,05% do PL, j-) Fundos Small Caps: R\$ 374.049,17 (trezentos e setenta e quatro mil quarenta e nove reais e dezessete centavos) correspondendo a 0,17% do PL e l-) Fundos Dividendos: R\$ 308.556,55 (trezentos e oito mil quinhentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos) correspondendo a 0,15% do PL.

**Aplicação de recursos por Instituição Financeira:** a-) Caixa Econômica Federal: R\$ 44.799.307,06 (quarenta e quatro milhões setecentos e noventa e nove mil trezentos e sete reais e seis centavos) correspondendo a 20,26% do PL; b-) Santander: R\$ 34.425.621,41 (trinta e quatro milhões quatrocentos e vinte e cinco mil seiscentos e vinte e um reais e quarenta e um centavos) correspondendo a 15,57% do PL, c-) Banco do Brasil: R\$ 31.144.652,02 (trinta e um milhões cento e quarenta e quatro mil seiscentos e cinquenta e dois reais e dois centavos) correspondendo a 14,09% do PL, d-) Itaú: R\$ 20.088.740,11 (vinte milhões oitenta e oito mil setecentos e quarenta reais e onze centavos) correspondendo a 9,09% do PL; e-) HSBC: R\$ 18.329.282,98 (dezoito milhões trezentos e vinte e nove mil duzentos e oitenta e dois reais e noventa e oito centavos) correspondendo a 8,29% do PL; f-) Bradesco: R\$ 13.694.146,63 (treze milhões seiscentos e noventa e quatro mil cento e quarenta e seis reais e sessenta e três centavos) correspondendo a 6,19% do PL e g-) Sul América: R\$ 217.889,96 (duzentos e dezessete mil oitocentos e oitenta e nove reais e noventa e seis centavos) correspondendo a 0,10% do PL. A carteira de Títulos Públicos encerrou o mês com R\$ 58.412.694,38 (cinquenta e oito milhões quatrocentos e doze mil seiscentos e noventa e quatro reais e trinta e oito centavos) correspondendo a 26,42% do PL.

**Duration das Aplicações:** a-) 55,32% das aplicações estavam alocadas em fundos de longo prazo (23,75% fundos IMA's, 26,42% carteira de títulos públicos e 5,15% fundos de crédito privado), b-) 39,68% das aplicações estavam alocadas em fundos de curto prazo (13,95% fundos IRFM 1 e 25,73% em fundos DI) e c-) 5,00% das aplicações financeiras alocadas em renda variável.

**Enquadramento das Aplicações Financeiras.** Com exceção das aplicações no segmento de fundos de crédito privado (desenquadramento passivo), todas as demais aplicações



Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including a large signature on the left, a signature with 'e R. Leite' above it, and several other initials and signatures on the right.

financeiras estão enquadradas conforme Resolução CMN 3.922/2010. **Resolução CMN 4.392/14.** Em 19/12/2014 o Conselho Monetário Nacional alterou alguns pontos da Resolução 3.922/10, que passa a vigorar com nova redação em alguns de seus artigos. As alterações tiveram um caráter de "atualização" e não sendo então uma "reformulação" de suas diretrizes. A Resolução 3.922/10 não foi revogada, foi apenas alterada. Com as alterações, não serão mais consideradas como irregularidades aos limites estabelecidos na Resolução 3.922/10, quando ocorrerem de forma passiva e desde que estas, no montante do investimento, não represente mais de 25% de excesso do limite estabelecido para os Fundos de Crédito Privado. A defesa com relação às aplicações no segmento "crédito privado" foi encaminhada ao Ministério da Previdência, que julgou favorável. **Rentabilidade dos fundos de investimentos.** No fechamento do primeiro mês do ano, 03 (três) aplicações financeiras conseguiram superar a meta atuarial de 1,98%, enquanto 15 (quinze) aplicações financeiras ficaram abaixo da meta atuarial no período: HSBC IPCA IMA-B (3,97%), Itaú IMA-B (3,08%), Santander IMA-B 5 (2,03%), Títulos 2015 (1,565%), Títulos 2024 (1,543%), Caixa Brasil IPCA XII (1,481%), Caixa Brasil IPCA X (1,426%), Títulos 2021 (1,324%), Brasil IRFM 1 (0,996%), Santander DI (0,94%), Bradesco DI (0,94%), Caixa DI (0,929%), Santander Ibovespa (-5,94%), Brasil Dividendos (-6,75%), Caixa IBRX-50 (-6,836%), HSBC Ibovespa Ativo (-6,94%), Santander Small Caps (-12,524%) e SulAmérica Total Return (-17,928%). Ato contínuo, os membros do Conselho de Administração são informados sobre as notícias da **Instituição Financeira HSBC.** Informações sobre documentos de contas bancárias de clientes do private bank suíço do HSBC entre 2005 e 2007 vazaram e acabaram parando no Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos de Washington e outros grupos jornalísticos. Houve um vazamento de 60 mil arquivos, alguns dos quais fornecem detalhes sobre como o banco estava ciente das manobras de evasão de impostos e irregularidades praticadas por alguns clientes. Os valores mantidos nas contas do banco superam US\$ 100 bilhões para 100 mil clientes ricos. O HSBC é um dos vários bancos suíços que estão sendo investigados pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos por supostamente ajudarem cidadãos americanos a sonegarem impostos. O UBS e o Credit Suisse fizeram acordos com o Departamento de Justiça, pagando multas de US\$ 780 milhões e US\$ 3,6 bilhões. O HSBC pagou quase US\$ 2 bilhões em multas e assinou um acordo de suspensão de processo com as autoridades dos Estados Unidos em dezembro de 2012, após admitir que operou com dinheiro do narcotráfico proveniente do México e transferiu recursos de países que se encontravam sob sanções internacionais, como o Irã. O acordo o coloca sob o risco de uma condenação penal e possível perda de sua importantíssima licença bancária nos Estados Unidos, se ele cometer outro crime no período de vigência. As alegações de evasão fiscal estão relacionadas a ações ocorridas antes do acordo selado. Dando sequência à pauta, os membros do Conselho de Administração, ratificaram por unanimidade, as **Deliberações do Comitê de Investimentos** referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2015. **Deliberações.** Reformulação da carteira de investimentos, buscando maior diversificação e maior eficiência na obtenção dos retornos exigidos pelo objetivo de investimentos, levando em consideração as perspectivas do mercado para curto e médio prazo e principalmente considerando o perfil conservador do IPMU. **Objetivo.** Proteção da carteira contra a volatilidade dos mercados financeiros, diante do cenário de indefinição na economia mundial e principalmente na economia doméstica. **Estratégia. 1-)** Encerrar as aplicações financeiras junto ao HSBC GESTÃO DE RECURSOS LTDA e HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO, devido ao risco de imagem ao qual está associado, considerando as denúncias de que o HSBC na Suíça está no centro de um vasto escândalo de fraude fiscal e lavagem de capitais, com possíveis ramificações em outros países como o Brasil. **2-)** Resgate total do fundo HSBC Regimes de Previdência Ativo FI Renda Fixa IPCA. Os recursos deverão ser direcionados ao fundo Itaú Institucional Inflação FIC Renda Fixa e ao fundo Itaú Soberano Renda Fixa IRFM 1 FI. **3-)** Recursos novos referentes aos repasses das contribuições previdenciárias, parcelamento da dívida previdenciária e compensação previdenciária deverão ser aplicados no fundo Santander Corporate FI Referenciado DI, fundo de curto prazo e de baixa volatilidade. **4-)** Resgate para realização da folha de pagamento dos aposentados e pensionistas deverá ser realizado através do fundo Santander Corporate FI Referenciado DI. **5-)** Redução do percentual aplicado em fundos IMA-B transferindo para fundos de curto prazo CDI/ IRFM 1 (aproximadamente 5% do PL). **6-)** Redução do percentual aplicado no segmento de renda variável, resgatando o fundo que apresenta melhor desempenho dentro da carteira, HSBC Regime de Previdência Ibovespa FIC Ações, transferindo os recursos para fundo de curto prazo e com baixa volatilidade IRFM 1 ou

Handwritten signatures in blue ink at the bottom of the page, including names like 'Duque', 'E. Alister', 'Cairo', and others.

CDI. 7-) Aplicar o valor resgatado do fundo BB Dividendos MIDCAPS FIC Ações no fundo Santander Corporate FIC Referenciado DI. 8-) Aplicar o resgate do fundo SulAmérica Total Return, no fundo Santander Corporate FIC Referenciado DI. 9-) Resgatar o valor aplicado no fundo Santander Small CAP FI, migrando para o fundo de renda variável Santander FIC Seleções Top Ações, considerando que os fundos SMALL CAP não apresentam desempenho satisfatório nos períodos analisados. Encerrando a reunião, os conselheiros são informados sobre a realização do 11º Congresso Estadual da APEPREM que será realizado na cidade de Sorocaba nos dias 06, 07 e 08 de abril, aberto a todos os conselheiros administrativos e fiscais. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e para que conste, eu, Rosângela Briet da Silva Leite, que secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, vai por mim assinada, e pelos demais.

  
Benedito Carlos Correa

  
Gícero José de Jesus Assunção

  
Corsino Aliste Mezquita

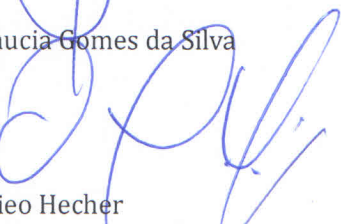
  
Ernely Fragoso

  
Flávio Bellard Gomes

  
Gisele Aparecida dos Santos

  
Gláucia Gomes da Silva

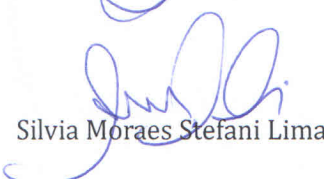
  
Jair Antônio de Souza

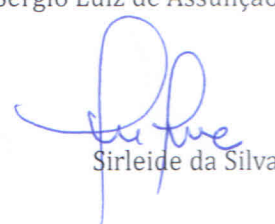
  
Osieo Hecher

  
Rosângela Briet da Silva Leite

  
Rose Barboza Marangoni

  
Sérgio Luiz de Assunção

  
Silvia Moraes Stefani Lima

  
Sirleide da Silva

